



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Estão na pauta, para a apreciação do plenário da Câmara, três projetos que têm potencial de impacto sobre as pautas que acompanhamos. São eles:

- O PL 1.070/2021, de iniciativa dos Sen. Jaques Wagner (PT-BA), Fabiano Contarato (PT-ES) e Confúcio Moura (MDB-RO), que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Junho Verde. A inspiração desse projeto é da CNBB a partir da Encíclica Laudato Si' do Papa Francisco. Na última quinta-feira (12/05) foi aprovado o requerimento de urgência para o projeto ser incluído na pauta do plenário. Está pensado ao PL do Senado, projeto de mesmo teor apresentado pelos dep. Patrus Ananias (PT-MG), Nilto Tatto (PT-SP) e demais.

- **Tema polêmico** - Requerimento nº 1952/20, dos Srs. Líderes, requer regime de urgência para a apreciação do PL 2401/2019, do Poder Executivo, que dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar (*homeschooling*), altera a Lei 8069/1990 (Estatuto da Criança e do adolescente - ECA), e a Lei 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).
- PL 4188/2020, do dep. Cezinha de Madureira (PSD-SP) que dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao *Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos*, estabelecidos na Constituição Federal. Além das garantias e dos direitos, temáticas pensadas ao PL são polêmicas e deverão gerar grande discussão nos próximos dias.

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (CINDRA)

Acontecerá amanhã (18/05), às 15h, uma reunião proposta pela **REPAM-Brasil** entre o presidente da CINDRA, dep. João Daniel (PT-SE), e outros organismos eclesiais para tratar sobre as pautas da região amazônica. Participarão representantes da REPAM-Brasil, da CNBB, das Comissões para a Amazônia e para a Ecologia Integral e Mineração, da Rede Igrejas e Mineração, do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental (OLMA), do Movimento *Laudato Si'*, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)

A CSPCCO aprovou na última terça-feira (10/05) o PL 6354/2019, que permite que o *porte de arma de fogo sem a demonstração (comprovação) de sua efetiva necessidade* por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à integridade física do cidadão. Essa exigência está contida no Estatuto do Desarmamento (art. 10, §1º, inciso I), e será revogada pela proposta. O projeto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, dep. Paulo Ganine (Novo-RJ). O parlamentar explica que a alteração se deve ao fato de que essa exigência é subjetiva e inviabiliza o porte de arma para muitas pessoas que preenchem todos os demais requisitos do Estatuto do Desarmamento.

Comissão de Direitos Humanos em Roraima

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos do Senado realizou, nos dias 11 e 12 de maio, uma diligência na comunidade Yanomami em Boa Vista (RR). Os parlamentares ouviram indígenas e autoridades sobre o estupro e a morte de

uma menina de 12 anos, na região de Waikás, em abril. Foi negado pelo Exército um pedido de apoio logístico para que a comitiva de parlamentares que esteve em Roraima pudesse visitar as referidas terras indígenas. Cerca de 150 garimpeiros protestaram contra os parlamentares das Comissões, demonstrando que não apenas têm força como também aliados em Roraima e em Brasília. Na quinta-feira (12/05), os garimpeiros se colocaram em frente à Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) empunhando faixas com os dizeres “*garimpeiros são os verdadeiros defensores da Amazônia*”.

SENADO FEDERAL

No plenário, não há pautas pertinentes ao nosso monitoramento.

COMISSÕES DO SENADO

Pacote do Veneno na CMA e na CRA

Em encontro realizado entre deputados e senadores membros da *Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)*, na quarta-feira (11/05), foi acordado que a proposta em análise sobre a *modernização do uso e produção de pesticidas no Brasil* (PL 6299/2002) seja apreciada em conjunto pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado. O vice-presidente da FPA no Senado Federal, sen. Zequinha Marinho (PL-PA), entende que a ideia é possível: “Já temos esse tipo de tramitação ocorrendo na análise de outros projetos de lei aqui no Senado”, explicou. A assessoria do sen. Jaques Wagner (PT-BA), que preside a CMA, não concorda com a tramitação conjunta.

OUTROS INFORMES

Disputa por cargo

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos (PSD-AM), afirma ter sofrido pressão do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, para deixar o cargo. Crítico do governo Bolsonaro, Ramos recorreu ao TSE contra a pressão. No fim de abril, ele conseguiu uma decisão liminar (provisória) do ministro Alexandre de Moraes para se manter no cargo da Mesa Diretora. Na semana passada, porém, a Procuradoria Geral Eleitoral (PGE) afirmou, em parecer, que o TSE não deve interferir no caso, já que o tribunal não tem competência para analisar a composição de órgãos internos da Câmara. O Dep. *Marcelo Ramos tem se mostrado sensível a questões que envolvem o meio ambiente e a fome*.

Seminário sobre Sustentabilidade e Mineração

Acontecerá, na quinta-feira (19/05), o Seminário Temático do Partido dos Trabalhadores – Resistência, Travessia e Esperança com o tema Soberania e Sustentabilidade na Mineração. O *secretário da Comissão de Ecologia Integral e Mineração, dom Vicente Ferreira*, participará da mesa.

Zona Franca de Manaus (ZFM)

Senadores do Amazonas se manifestaram contra decretos do presidente Jair Bolsonaro que, na avaliação deles, prejudicaram a ZFM. Um dos decretos reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em até 35% e outro acabou com o incentivo a empresas que produzem concentrados para a fabricação de bebidas na ZFM. As reduções são alvo de questionamentos no STF, que já suspendeu, em caráter liminar, partes dos decretos. No Congresso, parlamentares buscam sustar uma dessas normas por meio de um projeto de decreto legislativo apresentado à Câmara dos Deputados (PDL 46/2022).